

“Crescimento só com redução da dívida”

por Claudia Sfatle
de Washington

O recado do governo brasileiro foi dado. “Estamos sendo eficientes e fazendo o máximo de sacrifícios possível. Mas todo o esforço de ajustamento só se consolidará se houver uma efetiva redução do estoque da dívida externa brasileira”, disse o secretário de política econômica do Ministério da Economia, Antonio Kandir, ao final de dois dias de conversações com o Departamento do Tesouro norte-americano e com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os interlocutores — David Mulford, subsecretário do Tesouro, e Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI — ouviram, e a primeira resposta concreta foi marcar a data para a ida da missão do FMI a Brasília, que deverá trabalhar na aceleração de um acordo com o Fundo. A missão técnica embarca dia 30 próximo, começa a checar a viabilidade das metas propostas pelo governo brasileiro, e, entre os dias 5 ou 6 de agosto, o chefe da missão, Thomas Reichman, junta-se à equipe técnica, para a montagem final dos termos da carta de intenção que fundamentará um acordo “stand-by” de 18 meses.

Simultaneamente às negociações com o FMI, o embaixador extraordinário para a dívida externa, Jório Dauster, iniciará os contatos com os bancos privados credores do País. No início desta semana, com o retorno de Kandir e da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que manteve nos últimos dias importantes encontros em Londres, Roma, Paris, e Bonn, todos os assessores ligados à negociação externa reúnem-se para decidir sobre o formato que será dado ao acordo com os bancos. “Achamos que não será feita a negociação nem com o comitê de credores nem em contatos individuais. Vamos definir como serão feitos esses encontros”, assinalou Kandir. A tendência é aprofundar o esquema adotado pela Venezuela, que criou subcomitês específicos para negociar com os credores, de acordo com os interesses diferentes que existem no universo de cerca de 500 bancos privados envolvidos com a dívida externa brasileira.

A questão básica do acordo externo é reduzir o estoque da dívida e, portanto, a aplicação de deságios sobre os títulos brasileiros. Num estudo entregue pelo governo brasileiro a Camdessus, está claramente colocada a importância da redução da dívida para a melhoria dos indicadores macroeconômicos — seja o consumo “per capita”, a taxa de investimentos, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) e no próprio impacto que o deságio teria sobre o valor do endividamento, no período de 1990 a 1994.

Se não houver uma ampla negociação externa, e, portanto, o deságio for nulo (zero), o consumo “per capita” médio ao longo desses anos (1990-94) cairá, em termos reais, cerca de 1% sobre o nível de 1989, que, por si só, já foi 5% inferior ao observado em 1980. Ou seja, o custo doméstico da convivência com o gargalo externo seria o agravamento das condições de vida da popu-

lação brasileira, já em estado precário.

Ainda como resultado da não renegociação ampla da dívida, o investimento total na economia brasileira, que já está em ritmo cadente (foi de 92,0 em 1989 para uma base 100 em 1980, cairia para 82,7 em 1990, e se situaria numa média de 92,8 nesses cinco anos).

Se aplicado um deságio de 15% sobre o estoque da dívida, a situação melhora sensivelmente. Até 1994 o consumo per capita no Brasil voltaria ao patamar do ano de 1980; a taxa de investimento total teria uma recuperação de mais de 10% sobre o início da década de 80; o Produto Interno Bruto voltaria a crescer, em 1994, à taxa de 6% ao ano; e o estoque da dívida, que, sem deságio, chegaria ao final do governo Collor de Mello em US\$ 63,4 bilhões, cairia para US\$ 48 bilhões.

A hipótese mais ousada, de aplicação de um deságio de 40% sobre o estoque da dívida externa brasileira, representaria uma solução definitiva. O saldo da dívida baixaria para US\$ 22,4 bilhões e a taxa de crescimento do PIB poderia subir para a casa dos 7% ao ano ao final de 1994: os investimentos totais sofreriam uma elevação de mais de 15% sobre o realizado em 1980 e o consumo per capita — que mede o nível do bem-estar social da população brasileira — poderia saltar em quase 9% sobre a base de 1980.

Com isso, a equipe econômica que veio a Washington procurou mostrar que, se houver uma colaboração da comunidade financeira internacional, em poucos anos o Brasil voltaria a ser um País com um quadro de estabilidade social e política assegurada; e a elevação dos investimentos domésticos promoveria um crescimento econômico auto-sustentado, numa proporção que garantiria o pagamento futuro dos serviços da dívida externa.

O acordo com o FMI é o caminho inicial para percorrer as demais etapas — seja com os credores privados, seja com o Clube de Paris. Embora a equipe brasileira tenha saído de Washington bastante animada com a receptividade ao plano de estabilização — apesar dos percalços por que passa hoje —, a negociação promete ser bastante dura, principalmente pela componente nova que Kandir mostrou tanto a Camdessus quanto a Mulford.

Com limitações de política monetária e sem condi-

ções para emitir títulos públicos, o governo está impossibilitado de quitar seus débitos junto aos credores internacionais. Aprovar as metas de política monetária e fiscal, para o FMI, significará avalizar a capacidade de pagamento externo do governo brasileiro à possibilidade de produção de disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional. Ou seja, ter cruzeiros oriundos da receita fiscal para comprar dólares e remetê-los aos credores. Essa é a equação nova, que, em princípio, foi aceita por Camdessus.

E é, principalmente, nesse montante de cruzeiros que a equipe técnica do FMI terá que colocar suas melhores calculadoras. Kandir não chegou a fixar uma cifra como capacidade de pagamento externo do governo — que é, afinal, o maior devedor. Mas ela é, seguramente, inferior a 10% do serviço da dívida que vence neste ano. Além dos juros e amortizações, se somados os atrasos, esse volume de serviços supera a US\$ 20 bilhões.

Os técnicos do FMI estão, também, muito cautelosos em relação às metas estabelecidas pelo governo brasileiro para este ano — superávit fiscal de 1,22% do PIB e apenas 9,1% de expansão monetária no segundo semestre. Eles consideram essas metas muito ambiciosas, embora a equipe brasileira tenha insistido que são conservadoras.

O fato de ter fixado como

parâmetros básicos da elaboração das contas oficiais um PIB zero e inflação zero, mesmo sabendo que são parâmetros fora de foco, os cálculos feitos com uma queda de 3% do PIB e inflação inferior a dois dígitos resultaram em um superávit maior que o 1,22% do PIB. Isso porque o impacto da redução do nível de atividade econômica sobre a geração de receitas não é substancial, e a própria existência de inflação eleva sensivelmente a receita nominal, enquanto as despesas de custeio estariam praticamente estáveis.

“Estamos, portanto, numa posição negociadora e com um jogo muito aberto”, sustentou o secretário de política econômica, que na sexta-feira, pela manhã, tomou um café da manhã

com diversos representantes norte-americanos, na embaixada do Brasil. Lá estavam Ted Truman, chefe do departamento internacional do Federal Reserve (o banco central dos EUA); Armeane Choksi, chefe do departamento Brasil do Banco Mundial; David Malpass, secretário adjunto de Estado para assuntos econômicos da América Latina; W. Grafton, vice-presidente do Eximbank dos EUA; e William Cline, parceiro de Fred Bergstein no Institute International Economic.

Este foi mais um encontro de “public relations”, onde os assessores brasileiros — Silvio Rodrigues Alves, chefe do departamento econômico do Banco Central; Roberto Guimarães, chefe do Departamento do Tesouro; Maria

Silvia Bastos, coordenadora de política externa do Ministério da Economia; e o secretário de política econômica, Kandir, tiveram a oportunidade de expor os resultados do plano de estabilização, até agora, e discorrer sobre as metas de política fiscal e monetária para este ano. Assim como alguns economistas brasileiros, os próprios técnicos do FMI, os participantes do café da manhã principalmente Trumann, do Fed, se mostraram cautelosos quanto à capacidade de o governo brasileiro conquistar o superávit fiscal a que se propõe.

De modo geral, todos os participantes ficaram “bem impressionados” com a característica do plano de estabilização e com a “coragem” da nova equipe econômica em promover as reformas estruturais, principalmente na área da política industrial e do comércio exterior. Grafton, do Eximbank, uma das fontes importantes de financiamento ao comércio exterior brasileiro, cujas portas estão praticamente fechadas para o Brasil nos últimos anos, disse que deverá acompanhar o presidente George Bush na visita ao Brasil em setembro.

COBRANÇA — A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não vai mais cobrar judicialmente os débitos de valor igual ou inferior a 123,4 BTN (Bônus do Tesouro Nacional), correspondente a Cr\$ 5.948,58. A decisão foi tomada através de portaria do ministro interino da Economia, Eduardo Teixeira, publicada sexta-feira no Diário Oficial da União. A partir de agora a cobrança desses débitos será administrativa, através de avisos aos devedores.

A nova medida vai reduzir pela metade o total de cobranças judiciais em tramitação na procuradoria.